

5ª Comissão Especializada Permanente

Democratização e Desigualdades Educativas

A democratização das diferentes dimensões da vida social não constitui um mero ideário ou uma simples evocação discursiva. Trata-se de uma construção complexa, e sempre inacabada, que exige renovados compromissos individuais e coletivos, necessariamente atentos ao surgimento de novos desafios e dilemas, muitas vezes decorrentes de acontecimentos inesperados ou para os quais não estamos necessariamente preparados.

Entre os grandes desafios de uma democracia avançada sempre esteve o combate às desigualdades e a afirmação dos direitos humanos – e estas questões, por novas razões, voltaram a ter uma grande centralidade. As mudanças que têm ocorrido nas últimas décadas, e alguns acontecimentos mais recentes a nível internacional, agravaram as desigualdades sociais e educacionais. Sabemos que a educação pode contribuir para atenuar as desigualdades, mas não se pode esquecer que, em muitas situações, são os próprios processos educativos que criam ou agravam as desigualdades. O compromisso com a democratização da educação pressupõe, por isso, uma atenção especial aos fatores que contribuem para a manutenção de velhas desigualdades e/ou que criam novas desigualdades.

Neste sentido, entre as preocupações desta comissão especializada estará a necessidade de conhecer quais são as novas formas de desigualdade que ocorrem no sistema educativo. Refira-se, por exemplo, a questão do acesso a oportunidades de educação e formação por parte de públicos de diferentes idades, desde os jovens que, por qualquer razão, não concluíram os seus percursos educativos, aos adultos com défices ao nível da sua escolaridade ou das suas qualificações.

Para isso, interessa desenvolver as ações que se considerem mais adequadas para aprofundar o conhecimento sobre esta realidade, que poderão incluir sistematizações de estudos entretanto realizados, audições, seminários e a conceção e realização de investigações. A valorização da educação permanente deverá estar sempre subjacente a estas ações. Interessa igualmente visitar e considerar os trabalhos anteriormente desenvolvidos no âmbito do CNE (pareceres, recomendações, seminários, publicações...) nos quais as desigualdades e os seus diferentes efeitos foram preocupação fundamental. Há também trabalhos e projetos sobre desigualdades, desenvolvidos e em desenvolvimento em creches, jardins de infância, em escolas dos diferentes níveis de educação e ensino e noutras instituições de educação e de formação, que precisam de ter maior visibilidade e reconhecimento e de ser objeto de divulgação pública. Neste último caso, refiram-se as instituições que desenvolvem trabalho junto da população adulta. Nesse contexto, por exemplo, é importante conhecer as experiências que têm conseguido lidar com os obstáculos para a concretização de uma educação mais inclusiva. Através desse conhecimento, esta comissão especializada poderá contribuir para que a educação ao longo da vida seja um direito fundamental de todos os cidadãos.

Em algumas instituições de ensino superior, centros de investigação e organizações da própria sociedade civil, existem Observatórios e conhecimento sistematizado sobre formas diversas de desigualdade com os quais esta comissão, quando julgado oportuno, manterá intercâmbio e colaboração. Outras questões deverão ser consideradas, como as *desigualdades múltiplas*, à luz das quais poderão ser melhor compreendidas as diferentes exclusões e potenciais fatores de desvantagem, desde as mais tradicionais nos sistemas de ensino – muitas vezes justificadas por visões essencialistas e reforçadoras de estigmas, que recaem, frequentemente, em populações escolares mais vulneráveis ou em percursos menos valorizados –, até aos processos de infoexclusão, sem esquecer os desafios do acolhimento e do cuidado a crianças e jovens refugiados, ou em situações similares, bem como os dilemas de uma sociedade cada vez mais multicultural, mas que ainda mantém marcas e comportamentos que expressam formas de *colonialidade*. Neste contexto, torna-se necessário que o Conselho Nacional de Educação, no âmbito desta comissão especializada, e para além dos pareceres e recomendações que lhe forem solicitados, mobilize as visões e interpretações, necessariamente plurais, dos seus membros e das organizações que representam, de modo a potenciar a reflexividade analítica e estabelecer uma produtiva interlocução dialógica e propositiva que possa contribuir para uma maior democratização da educação.